FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA UNIR

ATA DA 2° REUNIÃO DO COMITE GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze às 14 horas e 15 minutos, nesta cidade, no gabinete da reitoria da Fundação Universidade Federal de Rondônia(UNIR), realizou-se a 2° reunião do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI. A reunião foi presidida pela professora Maria Cristina Victorino de França (Vice-reitora no exercício da Reitoria), José Pereira Ramos (Pró-Reitora de Administração e Gestão de Pessoas - PRAGEP), e contou com a presença da Ivanda Soares (Pró-Reitora de Planejamento - PROPLAN), prof. Pedro Di Tarique Barreto Crispim (Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis-PROCEA), prof. Jorge Vergine (Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa), prof. Jorge Coimbra (Pró-Reitor de Graduação), André Luiz de Souza Freitas (Diretor de Tecnologia da Informação-DTI) e Thiago de Lima Martarole- analista (Representante dos técnicos Administrativos), a fim de discutir ações sobre a Tecnologia da Informação - TI da UNIR. A pauta da reunião foi apresentada e em seguida deu-se aos participantes a localização do Comitê Gestor no cenário da Universidade. A Pro-reitora de Planejamento, Ivanda Soares informou sobre o manejo das ações de melhorar a gestão dos recursos de TI. O tribunal de contas considera muito eficaz e estratégico, o investimento e apoio a área de tecnologia da informação, onde ele propõe que em cada universidade haja a criação de um comitê de gestão de TI. Ele determina que gestão de TI seja uma prioridade na UNIR, pois com esta gestão há um melhor manejo e segurança das informações que circulando dentro da instituição, outro ganho com isso é o controle de recursos usados na UNIR, ajudando na transparência pública da universidade. O comitê do Governo Federal, fica justamente na base da presidência da republica, órgão que assessoras todas as atividades do Governo Federal, está implantando e recomendando para todos os órgãos de assessoria do governo, que tenham esse comitê gestor, onde o comitê tem que estar a par de todas as políticas semelhantes a gestão de TI, segurança, tratamento de informações referentes a universidade, fazendo um planejamento. Todo planejamento tem que obedecer um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, e o comitê gestor tem que fazer o plano diretor de tecnologia da informação da instituição e todos os Institutos Federais tem que ter este comitê, que foi aprovado em 2009 e só teve a primeira reunião em 13 de Maio de 2011. André Freitas comenta que em 2008 o TCU recomendou que fosse feito Plano de TI embasado nas políticas do COBIT. Onde COBIT é um modelo Internacional de Gestão de TI, e desde 2009 o governo Federal determinou das universidades que todo o investimento em TI passe pela TI, e caso não seja feito baseado em um Plano-Diretor de tecnologia da informação, ou seja, não planejar o que vai ser gasto, estará incorrendo em sanções. Sendo que em 2009 foi informado ao governo que a UNIR já está trabalhando na elaboração do seu PDTI. Vice-Reitora no exercício da reitoria, Prof. Maria Cristina comentado que este PDTI é a ferramenta ideal para que haja um controle das verbas destinada a área de TI dentro da universidade. Thiago Martarole inicia a explicação sobre o que é a lista negra e o porque da extensão “unir.br” está nela. Isso se deve ao fato que as contas de e-mail da UNIR mandam uma quantidade enorme de e-mail a todo o instante que nos condiciona, através de critérios internacionais, a estar nesta lista. Mas quando houve a migração para as contas do Google esta posição na “Lista Negra” não existe mais. É questionada sobre a suposta cobrança de um valor para que nosso domínio fosse retirado da “Lista Negra”. André responde que foi

sim feita está cobrança pela Microsoft, caso optássemos pela migração para os servidores do Hotmail(uma cobrança de 15 mil dólares/ano). A migração para o Google foi pensada durante um anos, devido a nossa falta de estrutura para administras tantas contas de e-mail, e também se esta migração era "legal", na visão jurídica, e viável as nossas condições. A ideia de passar para o Google e de que deixamos a cargo dele administrar nossas contas de e-mail, até que haja uma estrutura na universidade para que possamos nós mesmo administra de forma eficiente e segura. Citando também a vantagem da ferramenta do Google ser gratuita, André é questionado sobre a transição, o que será passado para o google, email, sistemas internos. André responde que apenas o e-mail participará da transição, e que os sistemas internos continuaram em nossos servidores devido a estes sistemas não enviaram e receberam arquivos externos, e quando fazem isso é internamente, a transição é feita através de arquivos e formatos específicos (SINGU, SISU). O real problema é somente os e-mails devido ao envio e recebimento de vários anexos de formatos diferentes, onde o controle antes efetuado era falho. É também questionado sobre o retorno dos e-mails para os nossos servidores, será feita após a estruturação física do DTI. A Vice-Reitora no exercício da reitoria, Prof. Maria Cristina diz que na ata anterior foi mencionada a precária situação dos campis. Comenta também que na época o reitor faria o edital de licitação para estruturação da rede do campus, algo em torno de 1 milhão de reais. Ficaria a cargo da PROPLAN gerir esses recursos para estruturação da "rede lógica". André explica que nossa rede lógica é de 1995, sendo bem antiga. André é afirma a necessidade imediata da troca da rede de cabos da UNIR, ele explica que é necessária sim devido a todos os problemas que a rede antiga causa tais como: lentidão, sobrecarregamento da rede, quedas constantes de conexão. Thiago Martarole comenta sobre o uso de switch e routers não configurados pelo DTI, comprados por professores, alunos e funcionários, causando diversos problemas a navegação de todos. André explica que nossa rede lógica é bem deficitária, constituída de muitas "gambiarras", é adicionada a informação que a internet da unir é a mais rápida do estado(3 GBits), mas não é possível usufruir de toda esta velocidade devido a ineficácia do cabeamento existente na UNIR. A Vice-Reitora no exercício da reitoria, Prof. Maria Cristina inicia a votação da ata anterior , onde a mesma é aprovada. Foi comentada sobre a primeira reunião desta comissão. Inicia-se os debates sobre a ata da comissão atual. O Primeiro item da pauta é a distribuição de equipamento. André começa a comentar sobre a distribuição desigual dos equipamentos nos campis da UNIR. Comenta que é necessário priorizar a distribuição, sendo a montagem de um laboratório de informática em cada campus, distribuição prioritária para laboratórios. André é questionado sobre a presença dos equipamentos para distribuição, possuímos 294 notebooks em estoque e aguardando a chegada do restante dos equipamentos (Computadores, nobreaks). A distribuição dos equipamentos é feita pelo comitê de gestão, onde é avaliada a necessidade do mesmo, respeitando os critérios de necessidade e infraestrutura presente, passando por uma proposta feita pela DTI e PROPLAN. É necessária que os beneficiários de máquinas novas tenham um prazo para se "desfazerem" de suas máquinas antigas, passando pelo DTI para emissão de laudo e possivelmente uma redistribuição dos mesmos equipamentos para setores que não possuem. A UNIR, através dessa nova aquisição de equipamentos, está incorporando quase 1/3 de seu próprio parque tecnológico. Inicia-se a discussão sobre a distribuição dos nobreaks (469 no total) e a durabilidade da garantia dos novos equipamentos adquiridos pela

UNIR. Os nobreaks serão unidos aos novos computadores para melhor segurança, tendo em vista que os desktops e notebooks possuem garantia de três anos, que assegura de uma melhor gestão das máquinas onde a visita de um técnico é mais complicada. Há a possibilidade de manter a garantia dos equipamentos em 72 meses, com isso haverá um melhor suporte as máquinas, devido a troca do parque tecnológico a cada 6 anos, mantendo assim equipamentos em bons estados. O Pro-Reitor de Graduação, Prof. Jorge Coimbra questiona o André sobre qual os critérios de distribuição de notebooks e desktops, como é feita tal distribuição. Desktops são voltados a setores administrativos e a laboratórios, notebooks são distribuídos, em sua maioria, a PROGRAD (todos os setores e departamentos que a PROGRAD abrange, ou seja, todos os cursos de graduação) e PROPESQ. É relatado, que os notebooks visam os profissionais que vão "a campo", que necessitam de uma maior mobilidade. É colocada em pauta a proposta de que professores que realmente tenham o seu trabalho facilitado através do uso de notebooks, auxiliando na metodologia de ensino, tenham acesso aos mesmos. É necessário que seja avaliado se o curso realmente precisa de notebooks, facilitando o trabalho de professores, ajudando nas aulas. No caso da concessão de notebooks para projetos de pesquisa, quando o mesmo tiver terminado seria devolvido os notebooks. É levantada a dúvida quanto à posse dos notebooks, caso ele seja dirigido a um departamento, com quem ficaria a responsabilidade sobre o bem, para evitar problemas legais. É expostas dúvidas quanto a quem pertence a responsabilidade de cada equipamento. André comenta que com a nova aquisição de equipamentos a proporção fica mais próxima de 1/30 (Equipamentos/Pessoas), diferente da proporção do campus, em laboratórios específicos este valor fica em torno de ½ (Exemplo: se tivermos 50 alunos, teremos 25 computadores). É proposta o envio de 5 notebooks da PROGRAD e 5 da PROPESQ para a PROCEA. Segundo a divisão de notebooks anterior, a PROGRAD ficaria com uma grande parte devido a sua maior abrangência em relação as outras pró-reitorias. Fica definido que a distribuição de maquinas fica a critério dos requisitos estabelecidos em ata, ou seja, quantitativo de alunos, reais necessidades de cada curso. O Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Assuntos EstudantisPedro di Tariquelevantada a dúvida quanto ao chamado PNAES, que é um projeto que visa a inclusão digital dentro da universidade através da criação de laboratórios didáticos, referente a criação destes laboratórios, como fica a posição da UNIR quanto a distribuição de equipamentos para este projeto. Como na UNIR existirão quatro laboratórios de informática e proposto que um dele seja reservado para este projeto, fica registrada em ata que o critério para distribuição dos equipamentos deve obedecer à distribuição igualitária com benefício direto à comunidade acadêmica imediata, com renovação de laboratórios existentes. Inicia-se a discussão referente a aprovação a aprovação do PDTI, os gastos em TI em 2011 ficou na casa dos dois milhões de reais devido a renovação de diversos equipamentos. Devido ao orçamento de 2012 está bastante comprometido, serão executadas apenas três ações prioritárias que são elas: 1º Implementar a Federação CAFe, que consiste em prover acesso imediatos a documentos pessoais em qualquer instituição federal que possua este sistema, tudo isso provido pela RNP; 2º Adquirir um servidor de dados para cada campus, para garantir mais segurança e agilidade no manejo destes dados, sobre isso é levantada a questão de pessoal para dar suporte imediato nos campi, o suporte será remoto, dependemos de concurso para. Outro ponto comentado foi o valor da implantação desses servidores nos campi que gira em torno de 500

mil reais. Vice-Reitora no exercício da reitoria, Prof. Maria Cristina questiona sobre os servidores de dados existentes na faculdade, ela se refere sobre a atualização dos dados, quanto ao que cada setor na universidade está fazendo, quem são seus responsáveis. André responde que ao aderirmos a Federação CAFe, haverá uma melhor manejos de contas e sistemas instituições da universidade, ou seja trará agilidade devido ao fato de um único login servir para inúmeros sistemas: e-mails, SINGU, SISU, etc. A Prof. Cristina questiona se a possibilidade de que estes servidores de arquivos propostos anteriormente tenham a capacidade de guardar arquivos e torna-los acessíveis, através de um acesso remoto, para qualquer um que possuía devidas permissões em qualquer lugar, ela usa exemplo de memorandos que poderiam ser visualizados em qualquer lugar. André comenta que este sistema já existe, onde o SINGU cria protocolos e documento, o que impede o total funcionamento deste sistema é a ausências de capacitação dos servidores para lidar com esta ferramenta. Seria necessário criar toda uma cultura de informatização destes procedimentos, porque hoje é tudo feito em papel. O Pro-Reitor de Graduação, Prof. Jorge Coimbra questiona sobre as funcionalidades do SINGU, discutisse a necessidades de algumas atualizações no sistema. E levantada a questão de que o sistema seja mais dinâmico no sentido de evitar o uso de papeis, onde a entrada, tramitação, saída e conclusão de processos, por exemplo, seja constantemente atualizada de acordo com a realização de cada etapa. André explica que o SINGU é um sistema de 7 anos de idade, necessita de atualizações e inserção de novos tecnologias, mas para isso é necessário investir em tecnologia e pessoas capacitadas, o que já está sendo feito. Exemplos desta atualização é a criação do modulo de patrimônio, que tem como base o SINGU, onde é possível realizar muitas atividades que demandavam excessivo uso de papel. Hoje o SINGU dispõe de uma ferramenta de busca de tombos que é acessível a todos, tanto dentro como fora da universidade. Pro-Reitor de Graduação, Prof. Jorge Coimbra aponta a possibilidade de criação de um sistema relacionado ao SINGU, que mostraria as cargas horarias de todos os professores que trabalham nos campis da UNIR, o sistema será modelado. Inicia-se a discussão de mais uma pauta do PDTI referente a rede lógica que foi orçado em um milhão e seiscentos mil reais cuja aprovação é necessária junto ao governo federal. A Vice-Reitora no exercício da reitoria, Prof. Maria Cristina comenta que ao se reunir com Casa Civil, notou que ela se mostra suscetível a auxiliar a universidade. O Governo Estadual firmou uma parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia para nos auxiliar na Rede Lógica. André comenta que a Universidade possui diversas parcerias junto com o governo estadual, tais como o projeto Mais Educação e o Projeto de Tele Saúde. Em discussão referente a estrutura de rede lógica da UNIR, onde devido ao tempo sofreu diversas alterações, muitas delas feitas por pessoas não autorizadas ou até mesmo não qualificadas. Fica esclarecido que neste orçamento da rede lógica está incluído o investimento em segurança dos equipamentos, juntamente com o recurso humano, somente será provido o acesso a tais equipamentos a pessoas qualificadas e devidamente autorizadas. Fica claro que este orçamento abrange a rede em todos os campis da UNIR. Após uma breve análise da situação atual da UNIR, consta-se que estas mudanças podem sofrer alguns atrasos, devido ao "caos" e a diversos problemas que a possui a universidade. Com esse ultimo ponto referente à rede lógica encerra-se o que foi posto em pauta no PDTI do biênio 2011-12. Pro-reitora de Planejamento, Ivanda Soares, comenta que será feita uma coleta de dados referente aos

planos de ação de cada unidade, suas previsões orçamentarias e gastos. Então fica definido que não se pode concretizar nenhuma ação sem a coleta de dados dos demais departamentos. Com o advento do sistema o gerenciamento e organizações de dados será mais fácil e ágil, podendo ser feita uma organização e exibição por valores, setor, etc. Um motivo para a criação do sistema para a coleta de dados é devido ao pedido do TCU referente à exibição pública destes dados na página da UNIR, e com a agilidade de leitura dos dados do sistema a publicação se tornariam muito rápida. Pede-se que haja a inclusão de anexar aos dados atas de debate sobre o orçamento para melhor organização. Outra vantagem do sistema é que cada unidade se torna independente para alterar o seu próprio orçamento, sem a necessidade de recorrer a PROGRAD com era feito antes. A colocação das atas em anexo a coleta de dados visa dar respaldo ao que é informado no sistema, pois os orçamentos são originados através de assembleias internas dos departamentos. Quanto as necessidades de cada unidade, será adicionada uma situação aos orçamentos simbolizando que o mesmo foi aprovado pela PROGRAD, para evitar gastos excessivos e desnecessários. Cada inserção ou alteração de dados será registrada como a pessoa que fez o mesmo. Pro-reitora de Planejamento, Ivanda Soares informa que o PDTI 2013/14, que deve ser feito o quanto antes devido a entrega da previsão orçamentaria da UNIR. De inicio o PDTI do próximo biênio terá basicamente as mesmas diretrizes do anterior, que são: introdução de novas tecnologias, substituição do parque tecnológico da UNIR para uma melhoria na atividade acadêmica, passando pela implantação de Gestão Eletrônica de Documentos – GED. Professora Maria Cristina informa sobre o comitê de gestão de tecnologia da informação deve haver o comitê de gestão de segurança de TI, que é um comitê que pertence ao comitê de gestão de TI, mas, necessita de discussões independentes. André Freitas esclarece que este segundo comitê tem uma politica de segurança, que já é um pouco defasada, e nós temos também um plano de contingência, onde se segue um protocolo de ações para determinado acontecimento, por exemplo, o que se fazer caso haja um ataque aos computadores da Reitoria. O plano de contingência é um conjunto de ações que devem ser impessoais, efetuadas para contornar um problema que venha a acontecer. Todas as definições deste comitê estão embasadas em normas estabelecidas pelo ministério do planejamento. A composição desse Comitê de Segurança de TI, deve ser composto por: Um servido do DRH, um servidor da PROJUR, um servidor da DTI, um docente indicado pela ADUNIR, um técnico indicado pelo SINTUNIR e um discente indicado pelo DCE. Será necessário criar uma regulamentação com base no que é definido pelo Ministério do Planejamento. Fica definido que crie-se uma ata com critérios para a indicação e eleição de membros do Comitê Gestor de Segurança da Informação. Vice-Reitora no exercício da reitoria, Prof. Maria Cristina solicita a criação do estatuto/regimento do comitê gestor de segurança da informação, que pode vir a ser elaborado pela DTI. Havendo a criação de uma proposta de regimento, passe por ao menos um membro de conselho, e seja enviado para a Reitoria para definir a aprovação. É colocado em pauta no comitê a capacitação em ferramentas livres e sistemas institucionais. Em relação à capacitação há uma preocupação quanto aos softwares usados na instituição, pois devido a uma Instrução Normativa de 2010 que proíbe que se compre um software caso haja semelhante que seja gratuito. Por exemplo, os computadores que foram adquiridos recentemente não possui a licença do Suite OFFICE da Microsoft, então é necessário que haja a capacitação de pessoas nestes softwares livres,

enquanto não há essa capacitação é necessário que se continue as poucas licenças do office criado pela Microsoft. O Pro-Reitor de Graduação, Prof. Jorge Coimbra questiona sobre as licenças do Windows (que chega a ser 95% dos sistemas operacionais utilizados na universidade) pelo Linux, que possui licença gratuita, mas essa substituição acarretaria em mais custos devido a capacitação necessária para se trabalhar no ambiente Linux. O que parece ser vantajoso, trocar licença pagas por licenças gratuitas, esbarra em alguns fatores tais como: a enorme capacitação a ser feitas nos servidores, a vantagem de que com a Microsoft é possível firma grandes parcerias no âmbito educacional, parcerias que fazem a relação custo/beneficio do Windows valer a pena o investimento nas licenças, além disse quase todas as máquinas da UNIR tem licença do Sistema Operacional Windows, o que será mitigado com as próximas aquisições. A capacitação dos profissionais que trabalham na UNIR nas ferramentas livres (no caso LibreOffice), na área do SINGU administrativo (utilização do sistema, tramite de processos, etc.), do SINGU na parte docente (lançamento de notas, consulta, cadastramento de solicitações de livro, etc.) e por fim a capacitação nos novos módulos do SINGU(Patrimônio, serviços, almoxarifado). Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Assuntos EstudantisPedro di Tariquelevantada a ideia da PROCEA auxiliar nessa capacitação dos profissionais da UNIR, através da áreas de inclusão digital e de bolsa permanência, pode ser atribuir a alunos do curso de informática, que seria capacitados e após isso usados como tutores nessa capacitação geral. Como não há meios físicos de abranger o estado inteiro nessa capacitação seriam usadas ferramentas da DIRED, para criar polos de capacitação no estado, subdividindo em dois polos, Porto Velho e Ji-Paraná, que receberiam pessoas capacitadas para distribuir o conhecimento pelo estado através de uma ferramenta que a DIRED possui. Pro-Reitor de Graduação, Prof. Jorge Coimbra comenta que alguns problemas referentes ao SINGU, é relatado que alguns dados ficam indisponíveis e que a inserção de outros se torna impossível, André Freitas comenta que desconhece destes problemas pois nenhum deles chegou até ele, finaliza dizendo que os mesmos após relato e verificação serão, caso necessário, corrigidos. Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Assuntos EstudantisPedro di Tariquefala sobre a “semana do calouro”, que era quando os novos alunos da universidade recebiam instruções sobre a universidade e principalmente sobre o manejo do SINGU, incluindo os calouros do interior explicando para eles através de videoconferências. Pro-Reitor de Graduação, Prof. Jorge Coimbra inicia uma discussão quanto ao sistema informatizado, é relatado que alguns professores possuem problemas referentes ao lançamento de notas, no sistema não lhes é dada a opção de inserir as notas, a casos de professores que estão sem inserir note desde 2007, essa ausência do lançamento de notas acarretas vários problemas tais como: o aluno não poder consultar o seu aproveitamento escolar real; o fato de um chefe de departamento recusar dar férias a um professor devido a ele não cumprir com seu dever acadêmico que é lançar notas; outro questionamento é referente a controle de quem tira férias, pois para um professor tirar férias é necessário que haja um substituto para cobrir tal ausência. André Freitas informa que o controle de quem tira férias é fácil de resolver, basta adicionar ao sistema um controle feito pelo DRH, pois quando um professor pede férias o DRH lança o dia no sistema e lá fica consta que determinado professor estará ausente da universidade do dia X ao dia Y. Pro-Reitor de Graduação, Prof. Jorge Coimbra informa que o controle de férias seja feito através do conjunto de duas variáveis, que o professor tenha

cumprido seu dever acadêmico juntamente com a disponibilidade de um substituto para seu lugar. André Freitas comenta que o SINGU possui sim falhas, mas que grande parte delas pode ser contornada com uma capacitação geral dos professores e funcionários que o utilizam. Após a exposição de inúmeros exemplos de funcionalidades do SINGU. A Vice-Reitora no exercício da reitoria, Prof. Maria Cristina levanta uma dúvida que é a seguinte, alguns dados foram extraídos do SINGU e dizem que alunos do curso de ciência da religião estão presentes no curso de filosofia, então gostaria de saber até que ponto o SINGU permite fazer o cadastramento de alunos em cursos de graduação, pois este caso parece algo irregular, sendo previsto abrir uma sindicância para apurar possíveis irregularidades nestes dados. André responde que hoje o sistema permite que um mesmo aluno esteja matriculado em dois cursos, mesmo que ao ver do regulamento da instituição seja irregular, bastando apenas que o processo de matricula seja efetuado mais de uma vez. André comenta que cabe a DTI a correção, mediante um pedido formal de correção ou um registro de que o conselho gestor autoriza a DTI a fazer esta alteração no sistema. Há outro questionamento levantado referente a normativas internas quanto ao manejo do SINGU, hoje estas normativas são inexistentes. Atualmente no SINGU, que é um sistema desenvolvido para a área acadêmica, possui um critério para cadastro de alunos, podendo somente realizar esta ação a DIRCA e as SERCAs. O sistema possui um controle quanto a "quem cadastra o que", ficando tudo registrado no sistema, podendo somente realizar ações quanto de cadastro que respeita os critérios. Uma dica dada ao André para incrementar o sistema é de criar uma ferramenta que fiscalize o aluno que será matriculado/inserido, pois caso ele já esteja matriculado esta ferramenta bloquearia a nova entrada deste mesmo aluno. A Vice-Reitora no exercício da reitoria, Prof. Maria Cristina ressalta o ultimo ponto desta reunião do comitê que e a instrução normativa do e-mail institucional, segundo André, quem fica responsável por isto é o comitê gestor de segurança. Quanto as normas além de o comitê de segurança elaborar, a reitora pode também encaminhar um pedido a PROJUR, para que eles elaborem uma normativa. A reitora faz um apelo para que seja feita a curto prazo uma minuta embasada em normativas de outras universidade, para esperar por uma normativa mais completa elaborada pela PROJUR a longo prazo. Está normativa virá para que seja definida para que não o e-mail institucional não seja mais usado com e-mail particular. A Vice-Reitora no exercício da reitoria, Prof. Maria Cristina encerra está reunião do conselho não havendo mais nenhum assunto em pauta para ser discutido. Ao final da reunião fica definido que se estabeleça uma normativa para que o que é discutido neste comitê tenha um prazo de ação mais curto, para que tudo seja feito mais rapidamente. Onde haja também um relatório de tudo que é efetuado após está comissão, para que os resultados sejam exibidos e postos para auditoria e prestação de contas.

Prof. Drª. Maria Cristina Victorino França Vice-Reitora no Exercício da Reitoria	Msc. Ivanda Soares Pró-Reitora de Planejamento
Prof. Dr. Jorge Coimbra Pró-Reitor de Graduação	Prof. Msc. Pedro di Tarique Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA UNIR

Prof. Dr. Valdir Vergini Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa	Esp. José Pereira Ramos Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Msc. Thiago de Lima Martarole Representante do SINTUNIR	Esp. André Luiz de Souza Freitas Diretor de Tecnologia da Informação